

RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA
SEBASTIÃO ALVES DOS REIS JÚNIOR
ALTAIR DE LEMOS JÚNIOR
LUIZ CLÁUDIO ALLEMAND

Coordenadores

OUVIDORIAS DE JUSTIÇA,
TRANSPARÊNCIA
E LEI DE ACESSO À INFORMAÇÃO

DIREITO DE TODOS

Belo Horizonte



2017

© 2017 Editora Fórum Ltda.

É proibida a reprodução total ou parcial desta obra, por qualquer meio eletrônico, inclusive por processos xerográficos, sem autorização expressa do Editor.

Conselho Editorial

Adilson Abreu Dallari	Floriane de Azevedo Marques Neto
Alécia Paolucci Nogueira Bicalho	Gustavo Justino de Oliveira
Alexandre Coutinho Pagliarini	Inês Virgínia Prado Soares
André Ramos Tavares	Jorge Ulisses Jacoby Fernandes
Carlos Ayres Britto	Juarez Freitas
Carlos Mário da Silva Velloso	Luciano Ferraz
Cármem Lúcia Antunes Rocha	Lúcio Delfino
Cesar Augusto Guimarães Pereira	Marcia Carla Pereira Ribeiro
Clovis Beznos	Márcio Cammarosano
Cristiana Fortini	Marcos Ehrhardt Jr.
Dinorá A delalade Musetti Grotti	Maria Sylvania Zanella Di Pietro
Diogo de Figueiredo Moreira Neto	Ney José de Freitas
Egon Bockmann Moreira	Oswaldo Othon de Pontes Saraiva Filho
Emerson Gabardo	Paulo Modesto
Fabício Motta	Romeu Felipe Bacellar Filho
Fernando Rossi	Sérgio Guerra
Flávio Henrique Unes Pereira	Walber de Moura Agra



Luís Cláudio Rodrigues Ferreira
Presidente e Editor

Coordenação editorial: Leonardo Eustáquio Siqueira Araújo

Av. Afonso Pena, 2770 – 15º andar – Savassi – CEP 30130-012
Belo Horizonte – Minas Gerais – Tel.: (31) 2121.4900 / 2121.4949
www.editoraforum.com.br – editoraforum@editoraforum.com.br

095 Ouvidorias de Justiça, Transparência e Lei de Acesso à Informação - direito de todos / Ricardo Villas Bôas Cueva et al. (Coord.). – Belo Horizonte : Fórum, 2017.

Outros coordenadores: Sebastião Alves dos Reis Júnior, Altair de Lemos Júnior, Luiz Cláudio Allemând

429 p.
ISBN: 978-85-450-0248-2

1 Direito Administrativo. 2. Direito Constitucional. I. Cueva, Ricardo Villas Bôas. II. Reis Júnior, Sebastião Alves dos. III. Lemos Júnior, Altair de. IV. Allemând, Luiz Cláudio. V. Título.

CDD 341.3
CDU 342.9

Informação bibliográfica deste livro, conforme a NBR 6023:2002 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT):

CUEVA, Ricardo Villas Bôas et al. (Coord.). *Ouvidorias de Justiça, Transparência e Lei de Acesso à Informação*: direito de todos. Belo Horizonte: Fórum, 2017. 429 p. ISBN 978-85-450-0248-2.

SUMÁRIO

DO OMBUDSMAN ÀS OUVIDORIAS JUDICIAIS

ALTAIR DE LEMOS JUNIOR	15
1 Introdução	15
2 <i>Ombudsman</i> . Criação sueca	15
3 Ouvidoria no Brasil colonial.....	16
4 A disseminação das ouvidorias no Brasil	17
5 As ouvidorias judiciais.....	19
6 Expectativas para o futuro.....	22

EXPANSÃO DA OUVIDORIA JUDICIÁRIA DO PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO TOCANTINS

ÂNGELA MARIA RIBEIRO PRUDENTE	25
Introdução	25
1 Criação da Ouvidoria Judiciária	25
1.1 Contexto histórico	25
1.2 Conceito	26
2 Reestruturação da Ouvidoria Judiciária do Estado do Tocantins.....	27
Considerações finais	32
Referências	32
Anexos.....	33

O ACESSO À INFORMAÇÃO E A SOBERANIA ESTATAL

CARLOS HENRIQUE ABRÃO	39
1 Os princípios constitucionais relevantes.....	39
2 A classificação da informação e sua legalidade	40
3 As despesas públicas e a soberania estatal	40
4 A rubrica dos dados sigilosos	41
5 A responsabilidade do agente público.....	41
6 As empresas estatais e o sigilo da informação	42
7 O controle legal do sigilo à informação	43
8 A finalidade do acesso à informação pública	44
9 A limitação da classificação sigilosa	44
10 Síntese analítica do sigilo ao acesso da informação	45

DIREITO FUNDAMENTAL À INFORMAÇÃO E À TRANSPARÊNCIA NO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL E NO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA	
CHRISTINE OLIVEIRA PETER DA SILVA, LEONARDO PETER DA SILVA..... 47	
1	Prolegômenos.....
2	Do Estado de direitos fundamentais numa democracia de antíteses.....
3	Precedentes do Supremo Tribunal Federal
3.1	Análise jurimétrica
3.2	Análise de precedentes selecionados.....
4	Normas regulamentadoras do Conselho Nacional de Justiça
5	Considerações finais
	Referências

OUVIDORIAS DE JUSTIÇA E CONTENÇÃO DA LITIGIOSIDADE NO NOVO PROCESSO CIVIL BRASILEIRO	
CLAUDIO MADUREIRA 63	
1	Exposição do problema
2	CPC-2015 ou CPC-1973 reformado?
3	Linhas gerais do modelo de processo concebido pelo CPC-2015
3.1	A circunscrição dos litígios à simples divergência havida entre autor e réu acerca de como deve se dar aplicação do direito no caso concreto
3.2	Decisões judiciais de mérito <i>versus</i> contenção de litigiosidade: balizas para a configuração de um novo modelo processo.....
3.2.1	O problema relativo à ausência de congruência entre a decisão jurídica prolatada e o que foi deduzido no processo
3.2.2	A vinculação dos julgadores a precedentes como estratégia de convencimento dos jurisdicionados.....
4	À guisa de conclusão: ouvidorias de justiça e contenção da litigiosidade no novo processo civil brasileiro.....
	Referências

A LEI DE ACESSO À INFORMAÇÃO NO ÂMBITO DO JUDICIÁRIO E A VINCULAÇÃO DO SIC ÀS OUVIDORIAS JUDICIÁRIAS: UMA PROPOSTA PARA O MONITORAMENTO E GESTÃO DA INFORMAÇÃO	
ELIANA JUNQUEIRA MUNHÓS FERREIRA 81	
1	As ouvidorias como instrumento de consolidação da democracia e dos princípios constitucionais da transparência e da participação social
2	Princípios e diretrizes da LAI e sua repercussão no âmbito dos tribunais.....
3	As elevadas atribuições e responsabilidades decorrentes da LAI e sua inserção na estrutura organizacional existente nas ouvidorias judiciárias
4	A busca da efetividade da LAI: o estabelecimento de fluxos sob controle da ouvidoria judiciária.....

OUVIDORIA DO CONSELHO FEDERAL DA ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL: DA INSERÇÃO NA ERA DIGITAL À INTEGRAÇÃO INTERINSTITUCIONAL, UM PROJETO RUMO À PLENA CIDADANIA

ELTON JOSÉ ASSIS	91
Introdução	91
Desenvolvimento	93
Considerações finais	98
Referências	98

CONTROLE SOCIAL DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, TRANSPARÊNCIA ADMINISTRATIVA E A LEI DE ACESSO À INFORMAÇÃO

EMERSON AFFONSO DA COSTA MOURA	101
I Introdução	101
II A Administração Pública brasileira e o controle social	102
III A transparência administrativa e a Lei de Acesso à Informação	107
IV A restrição do acesso à informação pelo interesse público	109
V Conclusão	112
Referências	113

A OUVIDORIA DO PODER JUDICIÁRIO E O DIREITO DE ACESSO À INFORMAÇÃO COMO INSTRUMENTO DA CIDADANIA

ENEIDA MELO CORREIA DE ARAÚJO	117
1 Introdução	117
2 A cidadania: direito fundamental	118
3 O direito de acesso à informação como instrumento da cidadania	121
3.1 Memória: base inalienável para o acesso à informação	122
4 O papel da Ouvidoria do Poder Judiciário em face do direito de acesso à informação	123
5 Considerações finais	126
Referências	126

DIREITOS À PRIVACIDADE E AO ACESSO A INFORMAÇÕES PÚBLICAS – REFLEXÕES SOBRE A DIVULGAÇÃO PROATIVA DA PRODUTIVIDADE DE SERVIDORES DO PODER JUDICIÁRIO

ÉRICA BEZERRA QUEIROZ RIBEIRO	129
1 Introdução	129
2 Princípios e regras como espécies de normas de direitos fundamentais da Constituição alemã	129
3 Acesso à informação e privacidade	132
4 Transparência ativa e individualizada da produtividade de servidores do Poder Judiciário – o caso Dianópolis	136
5 Considerações finais	141
Referências	142

**LEI DE ACESSO À INFORMAÇÃO E PORTAL DA TRANSPARÊNCIA:
INSTRUMENTOS DE CONTROLE SOCIAL E PREVENÇÃO À CORRUPÇÃO**

EUGÊNIO COUTINHO RICAS, LUIS FERNANDO MENDONÇA ALVES	143
Introdução	143
Contextualização legislativa.....	144
A transparência como instrumento de prevenção e combate à corrupção.....	145
Mecanismos de avaliação da transparência pública brasileira: Espírito Santo, um caso de sucesso	146
Aprimoramento contínuo da transparência pública.....	148
Facilitando e incentivando a participação do cidadão	149
Considerações finais	151
Referências	152

**OS DESAFIOS DAS OUVIDORIAS NO ALCANCE DO ACESSO À JUSTIÇA
NOS DIAS ATUAIS**

JOÃO LEANDRO PEREIRA CHAVES	153
Introdução	153
1 O papel das ouvidorias na busca pelo acesso à justiça	154
1.1 As ouvidorias, suas atribuições e ferramentas.....	154
1.2 O acesso à justiça e as ouvidorias	155
2 Os entraves para uma melhor atuação das ouvidorias.....	156
2.1 As ouvidorias e o desafio cultural.....	156
2.2 A operacionalização das ouvidorias	157
3 As medidas que podem ser adotadas pelas ouvidorias para alcançar um melhor resultado	158
Conclusão	160
Referências	161

**DE OLHOS E OUVIDOS BEM ABERTOS: TRANSPARÊNCIA, INFORMAÇÃO
E AS OUVIDORIAS**

JORGE SANTA RITTA	163
Introdução	163
Transparência	164
Acesso à informação	168
O Judiciário	169
As ouvidorias.....	171
Políticas alternativas	172
Conclusão	175
Referências	176

OUVIDORIAS DE JUSTIÇA E LEI DE ACESSO À INFORMAÇÃO: A EXPERIÊNCIA DAS OUVIDORIAS DA JUSTIÇA DO TRABALHO

JOSÉ OTÁVIO DE SOUZA FERREIRA	181
Ouvidorias da Justiça do Trabalho	181
Lei de Acesso à Informação – LAI	189
Conclusão	193
Referências	195

ENCONTROS E DESENCONTROS DA LEI Nº 12.527/11 (LEI DE ACESSO À INFORMAÇÃO)

JULIANO HEINEN	197
Introdução	197
1 Encontros e desencontros antes da Lei de Acesso à Informação	198
2 Encontros e desencontros depois da Lei de Acesso à Informação	201
Conclusão	204
Referências	205

OUVIDORIAS DE JUSTIÇA, PARTICIPAÇÃO POPULAR E DEMOCRATIZAÇÃO DO PODER JUDICIÁRIO

LUIZ CLÁUDIO ALLEMAND, RONALDO ARAÚJO PEDRON	207
1 Introdução	207
2 A crise de legitimidade do Poder Judiciário	209
3 Sobre a Ouvidoria do CNJ	212
4 Ouvidorias como instrumento de participação popular	213
Referências	216

AS OUVIDORIAS NA JUSTIÇA DO TRABALHO: NECESSIDADE DE ATUAÇÃO DIFERENCIADA

LUIZ RONAN NEVES KOURY	219
Introdução	219
Histórico	221
Publicidade das informações	222
As ouvidorias e a Lei de Acesso à Informação	223
Ouvidorias na Justiça do Trabalho	225
Conclusão	226

TRANSPARÊNCIA, ACESSO À INFORMAÇÃO E SISTEMAS DE INTEGRIDADE PÚBLICA

MARCELO ZENKNER	229
1 Introdução	229
2 A publicidade e a transparência como conceitos complementares	230
3 A importância dos dados governamentais abertos para a integridade governamental	231

4	O direito de acesso à informação em Portugal e no Brasil	232
5	Sistemas de integridade pública	237
5.1	Noções gerais	237
5.2	Sistemas de integridade pública em Portugal e no Brasil.....	239
6	Conclusão	241
	Referências	242

A LEI DE ACESSO À INFORMAÇÃO E A RESPONSABILIDADE JURÍDICA DISCIPLINAR DOS AGENTES PÚBLICOS DO PODER JUDICIÁRIO

MARCOS DE LIMA PORTA, THIAGO NEMI BONAMETTI.....	245
Referências	255

A IMPORTÂNCIA DA OUVIDORIA PÚBLICA PARA A EFETIVIDADE DO DIREITO À INFORMAÇÃO E A IMPLANTAÇÃO DA REDE OUVIR NO ESTADO DO CEARÁ

MARIA NEVES FEITOSA CAMPOS	257	
1	Introdução	257
2	O direito à informação	258
2.1	O princípio da publicidade e a transparência pública	259
2.2	A Lei de Acesso à Informação.....	260
3	A ouvidoria pública e a implantação da Rede Ouvir no estado do Ceará.....	261
4	Considerações finais	263
	Referências	263

OUVIDORIAS JUDICIAIS E A LEI DE ACESSO À INFORMAÇÃO – OUVIDORES JUDICIAIS: DE ARAUTOS DO REI A MENSAGEIROS DO POVO

MOACYR LOBATO DE CAMPOS FILHO.....	265	
1	Introdução	265
2	Surgimento dos ouvidores na história brasileira	265
3	As disciplinas normativas das ouvidorias no Brasil	267
4	A criação das ouvidorias judiciais no Brasil	270
4.1	A Emenda Constitucional nº 45 e as ouvidorias judiciais	270
5	O protagonismo do Poder Judiciário e as ouvidorias judiciais.....	272
6	O magistrado: os modelos de Júpiter, Hércules e Hermes	273
7	As ouvidorias judiciais e a Lei de Acesso à Informação.....	275
8	Transparência e informação	275
	Referências	277

GOVERNO ABERTO, DADOS ABERTOS E O JUDICIÁRIO

NEIDE DE SORDI	279	
1	O acesso à informação na Agenda 2030.....	279
2	O acesso à informação no Brasil	280

3	Dados abertos e governo aberto.....	281
4	A parceria para o governo aberto (OGP).....	282
5	Dados abertos e governo aberto como política pública	284
6	Governo aberto e a sociedade civil - Usos e reusos de dados abertos	286
7	Transparência pública, dados abertos e o Poder Judiciário.....	288
	Referências	292

A LEI DE ACESSO À INFORMAÇÃO NA VISÃO DO PODER JUDICIÁRIO DO RS

	NEY WIEDEMANN NETO	297
1	Introdução	297
2	Das disposições gerais.....	299
3	Do acesso a informações e da sua divulgação.....	299
4	Do procedimento de acesso à informação.....	300
5	Das restrições de acesso à informação.....	300
6	Das responsabilidades.....	302
7	Das disposições finais e transitórias	303
8	A questão da publicidade processual	303
9	A aplicação da lei pelo Poder Judiciário do RS.....	307
10	Conclusão	310
	Referências	311

O IMPACTO DA EXPANSÃO DO PROGRAMA DE IDENTIFICAÇÃO BIOMÉTRICA DO ELEITOR NA ATUAÇÃO DA OUVIDORIA DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SÃO PAULO

	PAULO SÉRGIO BRANT DE CARVALHO GALIZIA, CINEIDE HELENA VITORINO DE ANDRADE, LUIS FELIPE REIS, REGINA RUFINO	313
I	Introdução	313
II	Histórico	314
III	O Tribunal Regional de São Paulo e as formas de interação com a sociedade.....	315
IV	O cadastramento biométrico	318
V	O papel da Ouvidoria do Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo no cadastramento biométrico.....	319
VI	Uma análise quantitativa da perspectiva de crescimento da demanda da ouvidoria a partir da expansão do Programa de Identificação Biométrica do Eleitor	320
VII	Considerações finais	324
	Referências	325

BOAS PRÁTICAS DO SETOR PRIVADO NA PROMOÇÃO DA TRANSPARÊNCIA E ACESSO ÀS INFORMAÇÕES

	PAULO WANICK	327
1	Introdução.....	327
2	Finalidade de uma organização empresarial	328

3	Modelo de gestão: integração entre a estratégia, gestão de riscos e monitoramento da performance do negócio	331
3.1	A estratégia como fator fundamental para a geração do valor pretendido	331
3.2	O gerenciamento de riscos como instrumento de avaliação das incertezas inerentes aos propósitos organizacionais	333
3.3	O monitoramento da performance do negócio como dispositivo de aferição dos resultados e melhoria contínua	335
4	A transparência das informações como medida de gestão, de controle e de <i>compliance</i>	336
5	Boas práticas empresariais com foco similar à Lei nº 12.527/2011	338
6	Conclusão	341
	Referências	342

LAI: APONTAMENTOS HISTÓRICOS E ATUAIS SOBRE TRANSPARÊNCIA, IMPRENSA, CIDADANIA E COMBATE À CORRUPÇÃO

RAFAEL CLÁUDIO SIMÕES	345
Introdução	345
Impressos e transformações	345
Impressos e política	348
Imprensa e corrupção	351
Avanços institucionais da transparência pública: a LAI	354
Breves considerações finais	357
Referências	359

OUVIR E INFORMAR, DIREITO DO CIDADÃO – DEVER DA GESTÃO

RAPHAEL JOSÉ DE VASCONCELOS UCHOA, PAULO DE SOUZA COUTINHO FILHO	361
1 Introdução	361
2 Acesso à informação	362
3 Ouvidoria: seu surgimento e suas atualizações	362
4 Expectativa do cidadão e do jurisdicionado com relação aos trabalhos das ouvidorias	363
5 Melhoria dos serviços prestados com base nas demandas das ouvidorias	364
5.1 Do controle social para as aplicações internas	364
6 Integração entre ouvidorias	364
7 Conclusão	365

TRANSPARÊNCIA COMO INSTRUMENTO DEMOCRÁTICO: LEI DE ACESSO À INFORMAÇÃO

ROBERTA LÍDICE	367
Do prazo de resposta da demanda	367
Da transparência ativa	368
Da transparência passiva	368

Da pesquisa de satisfação	368
Ouvidorias de Justiça e sua função social.....	368
Ouvidoria no Brasil.....	369
Ouvidoria em São Paulo.....	369
Ouvidoria para a consolidação da cultura de transparência	370
Conclusão	371

OUVIDORIAS PÚBLICAS – PERSPECTIVAS E DESAFIOS

ROSE MEIRE CYRILLO	373
Introdução	373
1 Ouvidoria e suas perspectivas.....	373
1.1 Ouvidoria como órgão de comunicação.....	373
1.2 Ouvidoria e seu papel estratégico dentro da instituição	375
1.3 Ouvidoria como espaço de manejo e resolução de conflitos.....	376
2 Desafios.....	377
2.1 Questões estruturais.....	377
2.2 Construção de resultados	378
Considerações finais	380
Referências	380

LEI DE ACESSO À INFORMAÇÃO E SUA IMPLEMENTAÇÃO NO ÂMBITO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS

ROSE MEIRE CYRILLO, THAIS DELGADO DE MELLO E ALEGRIA, VINÍCIUS RADKE DORNELES.....	383
Introdução	383
1 Lei de Acesso à Informação	384
1.1 Contexto histórico	384
1.2 Implantação do Serviço de Informação ao Cidadão no âmbito do MPDFT	385
2 Análise quantitativa dos dados do Sistema de Serviço de Informação ao Cidadão do MPDFT	386
2.1 Base de dados utilizada e número de requerimentos recebidos	386
2.2 Classificações pertinentes aos requerimentos de informações	387
2.3 Dinâmica do processo de acesso à informação no MPDFT.....	389
2.3.1 Transparência ativa e transparência passiva.....	389
2.3.2 Triagem dos requerimentos de informação recebidos	389
3 Tendências e desafios do Serviço de Informação ao Cidadão do MPDFT	391
3.1 Tendências pautadas no advento da Política Nacional de Dados Abertos.....	391
3.2 Desafios do Serviço de Informações ao Cidadão – MPDFT	392
Considerações finais	393
Referências	393

A OUVIDORIA PÚBLICA, AUTÔNOMA E DEMOCRÁTICA E AS OUVIDORIAS JUDICIAIS

RUBENS PINTO LYRA	395
1 A ouvidoria pública: racionalidade instrumental ou dialógica?.....	395
2 Singularidade, imprescindibilidade e especificidades da ouvidoria pública	396
3 Principais modalidades de ouvidoria pública.....	397
3.1 O modelo hegemônico: subordinada, clientelista e sem legitimação social.....	397
3.2 Três modalidades de ouvidoria autônoma e democrática: a do município de Santo André, a do município de São Paulo e a da Defensoria Pública do Estado de São Paulo.....	398
3.2.1 A Ouvidoria de Santo André: externa, autônoma, democrática e sem vínculos com os poderes municipais	398
3.2.2 A Ouvidoria Geral do município de São Paulo: externa, autônoma, democrática e vinculada ao Poder Executivo.....	399
3.2.3 A Ouvidoria da Defensoria Pública do Estado de São Paulo: externa, autônoma, democrática e vinculada à Defensoria Pública	399
4 Comparação entre o modelo de ouvidoria autônoma e democrática e o da ouvidoria judicial	400
4.1 Introdução	400
4.2 <i>Status</i> e autonomia.....	401
4.3 A questão democrática	402
4.4 Reflexões sobre os fundamentos constitucionais da ouvidoria judicial e a atuação do ouvidor	403
4.5 Alcance das atribuições da ouvidoria judicial.....	405
5 A idoneidade e a autonomia da ouvidoria pública.....	406
6 Reflexões sobre o “estado da arte” das ouvidorias e propostas de mudança.....	407
Referências	409

A JUSTIÇA ENTRE *ARCANA IMPERII* E *ACCOUNTABILITY*: JORNALISMO, SEGREDO E TRANSPARÊNCIA

VICTOR GENTILLI, LUMA POLETTI DUTRA	411
Introdução	411
Segredo e poder	412
Pentágono, Watergate e WikiLeaks	413
Acesso à informação e <i>accountability</i>	416
Lei de Acesso à Informação no Brasil	418
Transparência no Judiciário.....	419
Considerações finais	420
Referências	421
SOBRE OS AUTORES	423